

## A BNCC e a formação de professores: *os atores e os atos de resistência*

A revista *Retratos da Escola*, publicação da Escola de Formação (Esforce) da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), apresenta a seus leitores e leitoras o Dossiê *A Base Nacional Comum Curricular: tensões atores e estratégias*.

Para debater a questão da BNCC, inscrita na agenda dos últimos governos, nada mais relevante do que estender um convite a atores representativos de prestigiadas associações educacionais do País. Dito e feito. O nosso convite foi prontamente aceito e as entrevistas realizadas com Inês Barbosa de Oliveira e Rita de Cássia Prazeres Frangella, presidentas da ABdC; Andréa Barbosa Gouveia, presidenta da ANPEd; Lucília Augusta Lino, presidenta da Anfope; João Ferreira de Oliveira, presidente da Anpae; e Heleno Araújo, presidente da CNTE.

Ao longo das entrevistas, os dirigentes das associações tomam posição sobre o processo de construção da BNCC da Educação Infantil e da BNCC do Ensino Médio e sobre o seu impacto nos sistemas de ensino em todas as regiões do País, em especial, no tocante aos currículos escolares, formação dos profissionais da educação, gestão da educação e da escola, financiamento e avaliação.

Além disso, apresentam as pautas específicas de suas respectivas entidades no enfrentamento dos problemas conjunturais que afetam os sistemas de ensino e na defesa intransigente da democracia e da educação pública, gratuita, laica e referenciada pelo social. São análises críticas e instigantes, que a *Retratos da Escola* compartilha com os seus leitores e leitoras.

### **RE - Com base na legislação atual, é possível a construção e materialização de uma Base nacional democrática e participativa?**

**ABdC** - Poderíamos responder, como temos feito em algumas ocasiões, com um simples não. Mas entendemos que a reflexão pode ser encaminhada para que tipo de sim contemplaria o que pensamos. Se tomarmos o PNE e a LDB, numa leitura que ponha em destaque os princípios de gestão democrática e o reconhecimento dos docentes como profissionais da educação cuja atuação não se restringe à sala de aula, mas que participam da elaboração das propostas pedagógicas das escolas/redes de ensino, e tomando-as como balizadores nesse processo de produção de uma política curricular nacional, seria possível dizer que sim, haveria a possibilidade da construção de propostas curriculares democráticas e participativas. E fazemos essa ressalva retomando questão que a ABdC

nas audiências públicas já sinalizava e em resposta à justificativa apresentada para a necessidade de elaboração da Base – de que não tínhamos política curricular no Brasil, ignorando toda uma trajetória de lutas e produções no campo. A pluralidade nacional não aparece reconhecida na proposta dessa Base Nacional, reduzida a uma listagem de conteúdos e habilidades, ignorando todo o processo social de aglutinação permitido pelas Diretrizes. O mesmo podemos dizer do trabalho dos professores já em curso, dos currículos em andamento nas escolas e de tudo o que acontece nas relações de professores e estudantes, em suas múltiplas ações. A valorização da localidade, da diversidade, das negociações de sentidos, autonomamente, em cada escola, em cada rede, é o modo como entendemos qualquer criação de “currículo”, e uma necessidade no respeito às escolas, professores e suas ações. É, ainda, fruto da luta política pela democracia no Brasil e pelo reconhecimento do direito à diversidade que foi garantido pela LDB no 9394/96.

E é intencionalmente que falamos de política curricular nacional e da construção de propostas curriculares e não de Base nacional para responder, uma vez que temos defendido, em diversas ocasiões, que haja investimento na produção de propostas locais, que negociem com as demandas das escolas – produções contingentes que dialogam com cotidianos e que não podem ser contidos em consensos homogeneizadores, conforme o previsto na noção de Base nacional única para todos. A questão da Base, tal como vem sendo formulada, implica o apagamento das tantas experiências gestadas em escolas/redes, marcadas pela diferença, pela especificidade, pela singularidade, portanto, sempre e necessariamente plurais. Essa defesa não é a da autonomização da prática ou do local e a consequente negação de políticas curriculares para as redes de ensino de forma ampla, tensionando suas proposições com as demandas locais de cada escola, o que implicaria polarizações infecundas a partir de uma superficialização. Ao contrário, o diálogo entre essas diferentes demandas, entre políticas curriculares propostas para redes de ensino e as especificidades de cada unidade escolar não pode se dar sem incluir a diferença, como também a necessidade de superação da dicotomia política-prática.

Uma política curricular nacional democrática e participativa é possível – falamos de política curricular e não currículo nacional ou Base – e, mais do que isso, desejável, desde que sua formulação democrática e participativa o seja na perspectiva da democracia de “alta intensidade”, aquela em que as maiorias respeitam as minorias, seus direitos e perspectivas, e as decisões são tomadas por critérios de respeito mútuo, em um diálogo que Paulo Freire chamaria de verdadeiro, aquele cujo pressuposto é sair de si mesmo e abrir-se ao outro, entendendo-se que “não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais”, como diria Paulo Freire. Base comum não é nem um nem outro.

**Anped** - A posição da ANPed tem sido de reiterar o potencial de orientações curriculares da legislação nacional, consolidada no conjunto de Diretrizes Curriculares Nacionais, que foram aprovadas no âmbito do Conselho Nacional de Educação ao longo

dos anos 2000. Essas diretrizes sustentam possibilidades de afirmação de uma concepção de educação básica e do reconhecimento de desafios específicos para organização curricular e pedagógica, em sentido amplo, na prática escolar, considerando os diferentes sujeitos. Por isto, as DCN desdobram-se em temáticas específicas, como educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, educação escolar indígena, educação em direitos humanos, educação escolar quilombola, apenas para citar alguns documentos. As DCN ainda permitem o debate e a sustentação específica das modalidades da educação básica, questões expressas nas orientações para atendimento educacional especializado na modalidade de educação especial e no documento específico sobre a educação profissional técnica de nível médio. As orientações gerais na própria LDB 9394/1996 e suas modificações, articuladas de maneira adequada à perspectiva de autonomia pedagógica da escola são terreno fértil para pensar o direito à educação na dimensão do acesso ao conhecimento contextualizado, cientificamente sustentado, com respeito à pluralidade de pensamento e ao desenvolvimento humano pleno. Estes são os desafios da escola básica de sempre e, hoje, com o desenvolvimento da ciência e das possibilidades de informação e comunicação, é fundamental que o conhecimento próprio do âmbito escolar seja situado frente aos desafios históricos, frente ao contexto geográfico em que se insere e frente ao estudante concreto nos espaços educacionais.

**Anfope** - A legislação está sendo redesenhada nos últimos dois ou três anos para suprimir o potencial democratizante e efetuar um retrocesso. Foi assim com a reforma do ensino médio, que alterou a LDB e inseriu o ‘notório saber’ – uma forma de legitimar a contratação de professores sem qualquer formação. No momento atual, em que temos uma BNCC aprovada no CNE – em um processo que desprezou o diálogo e a construção participativa, imposta aos estados e municípios – a materialização de uma Base nacional democrática é praticamente inviável, principalmente porque na maioria dos estados brasileiros o cenário político também não é favorável ao estabelecimento do diálogo.

**Anpae** - Penso que sim. Os documentos finais da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010 e 2014, da Conferência Nacional Popular de Educação 2018, bem como o PNE, aprovado em 2014, caminhavam nessa direção. A própria Constituição Federal e a LDB/1996 estabelecem parâmetros que permitem a construção de uma Base Nacional democrática e participativa no contexto do regime de colaboração, claro que avançando para a institucionalização de um Sistema Nacional de Educação. A própria Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, trazia elementos e parâmetros para essa articulação e para a Base curricular.

**CNTE** - Sim, é possível. Não conseguimos colocar em prática o que conquistamos na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996, que foi assegurar às unidades escolares públicas da educação básica autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Na construção coletiva de uma Base nacional, para ser de fato democrática e que seja materializada, a escola precisa ser ouvida e considerada. De acordo

com a legislação atual é incumbência da escola articular-se com as famílias e a comunidade para criar processos de integração da sociedade com a escola e, junto, elaborar e executar uma proposta pedagógica. Há que haver a junção das propostas pedagógicas das escolas, que devem orientar a formulação de diretrizes dos municípios e dos estados e estes serão balizadores da diretrizes para a formulação da Base nacional. É preciso conhecer os aspectos comuns e as diversidades na Base, para que, de forma democrática, possamos construir as diretrizes nacionais, para serem materializada com efetiva participação social. A Lei 13.005 de 2014, Plano Nacional de Educação, no seu artigo 9º, também contribui para democratizar o processo de elaboração e implementação da Base Nacional, ao determinar que todos os sistemas de ensino deverão disciplinar, através de lei específica, a gestão democrática da educação pública. “A lição sabemos de cor, só nos resta aprender”.

### **RE - Como vocês avaliam o processo de discussão e proposição pelo MEC das edições da BNCC, aprovadas no CNE?**

**AbdC** - Uma das questões que chama atenção foi o discurso da participação e o esforço em evidenciar que a BNCC foi uma produção que contou com ampla discussão. Quando da divulgação da primeira versão, a consulta pública não se assentava na possibilidade de participação deliberativa, dado o modelo proposto. A aclamada participação se reduzia à possibilidade de intervir pontualmente sobre a formulação de enunciados e ordenação de “objetivos de aprendizagem”. Não era possível discordar dos enunciados propostos e, ainda menos, das perspectivas de ensino-aprendizagem sobre as quais a Base se erguia ou nas quais elas se desdobravam, ou seja, nenhuma intervenção ou questionamento era possível sobre a ideia de uma Base ou do que a sustentava. Sendo assim, houve participação consultiva, que mais se alinha à ideia de cooptação do que a de um debate democrático. E sobre essa participação já há estudos que discutem a produção dos números expressivos, divulgados como evidência da ampla participação e que discutem que essa não foi tão ampla assim. Cabe, ainda, ressaltar que os números anunciados de contribuições não desencadearam um trabalho nas comissões, e nada se sabe sobre o que diziam. Apenas, que houve reformulações – todas depois descartadas quando da aprovação final da BNCC, numa versão jamais apresentada ao público ou discutida com quem quer que seja. A marca da cooptação esteve presente não só na primeira fase, mas também nas subsequentes. As audiências públicas foram marcadas por um diálogo nos moldes do que Mário Quintana, de forma astuta dizia: “dois monólogos intercalados”. Não houve debate – havia posicionamentos enunciados num pacto dialógico rompido – falava-se, ouvia-se e na finalização uma outra fala oficial que pouco parecia ser mobilizada por aquelas que a antecederam, reafirmando a importância do dizer e do que foi dito, mas sem necessariamente apontar uma possibilidade de afetação.

A baixíssima escuta nas audiências trouxe como consequência uma argumentação pobre e repetitiva em defesa da BNCC, ao mesmo tempo em que documentos e debates públicos eram negligenciados. Assim, mesmo surpreendidos pela BNCC não discutida pelo CNE, sabíamos que nossas reivindicações, opiniões e propostas não seriam ouvidos, muito menos acatadas.

**Anped** - Temos críticas à ideia de uma Base Nacional Comum Curricular e a forma desse debate, desde a primeira versão. O debate mais amplo proposto pela ANPEd de que há um equívoco na ideia de padronização vertical de conteúdos não foi efetivamente enfrentada pelos defensores da ideia de Base Nacional Comum Curricular. Uma das questões que apresentamos na Nota aprovada em 2017 foi sobre o processo de discussão pública da BNCC a partir da consulta *online*, consulta aquela que evidenciava a pulverização da discussão. Como fazer a consolidação de 12 milhões de contribuições? Como se fez tal consolidação? Naquele momento, a preocupação da ANPEd estava sintetizada em: “a atual proposta de BNCC alterou significativamente os rumos do trabalho anterior bem como abandonando as 12 milhões de contribuições endereçadas a SEB/MEC. Entendemos que um modo de corrigir esse processo é a retomada de discussões com o Fórum Nacional de Educação, que, em sua plenitude representativa, é central para a efetiva discussão democrática do que poderia ser uma Base Nacional Comum Curricular inclusiva, respeitosa e plural.” Após 2017, a trajetória da proposta de BNCC pelo MEC foi obscura, não são públicos os critérios utilizados para sintetizar ou selecionar as contribuições recebidas. Quando o debate vai ao CNE, a discussão em audiências públicas marcou a tentativa republicana no Conselho de abrir o debate, porém, o que se evidenciou foi o grau de divergência em torno do texto. A cisão entre BNCC para educação infantil e fundamental, deixando para posterior debate o ensino médio, golpeou a perspectiva de educação básica tão cara ao debate, desde a aprovação da LDB em 1996. Apesar dos inúmeros conflitos nas audiências, inclusive com sua suspensão em São Paulo e em Belém, ainda assim a BNCC foi aprovada. Apesar de o CNE ter mantido a tradição das audiências, o processo de discussão não foi suficiente. Ao contrário de outros momentos em que as audiências públicas significavam avançar na construção de grandes posições, neste caso, a percepção dos embates parece sugerir que houve desconsideração com as divergências.

**Anfope** - Como disse anteriormente, o processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC desprezou o diálogo e a construção participativa, recorrendo a um simulacro de participação, em especial na terceira versão da Base, já questionada desde a sua primeira versão, tanto pelos equívocos em sua formulação, quanto pelo modo de condução do processo e principalmente pela imposição de uma centralização curricular baseada em uma uniformidade incapaz de considerar a diversidade de público, das escolas e das regiões brasileiras. A qualidade da discussão foi comprometida ao se desprezar o debate qualificado com as entidades nacionais de pesquisa do campo educacional. As

críticas ao processo de elaboração, assim como ao conteúdo da BNCC, não foram consideradas, desqualificando a discussão. Como explicitamos em documento encaminhado ao CNE: “Consideramos que esse processo foi conduzido de forma verticalizada, simulando um diálogo parcial com a sociedade, adotando uma metodologia que priorizou contribuições quantitativas em detrimento de proposições qualitativas, não sendo, portanto, promotor de ‘ampla consulta pública nacional’, como alardeado. O CNE e o MEC privilegiaram o diálogo com as fundações privadas que defendiam as posições dos setores do empresariado interessados na padronização do ensino”, descartando qualquer crítica contrária confirmando que não havia interesse em estabelecer o diálogo necessário a uma discussão desse porte. A padronização curricular proposta tinha como objetivo facilitar avaliação e ranqueamento de escolas, com foco exclusivo nas demandas do mercado. Assim, a imposição da terceira versão desconsiderou as críticas propositivas das entidades educacionais – apresentadas antes e durante as cinco audiências realizadas.

**Anpae** - Um tema dessa importância exigiria mais discussão e participação, sobretudo dos mais de dois milhões de professores que atuam na educação básica e demais modalidades de educação. Não adianta decretar um currículo, é preciso que os professores participem, desde sua concepção e formulação, pois, só assim se garantiria o envolvimento pedagógico necessário, com alterações significativas na prática escolar. O processo de discussão foi bastante acelerado e as definições no contexto político que vivenciamos nos últimos anos foram autoritárias e impositivas. Foram secundarizados os movimentos, as entidades e as perspectivas que vinham sendo construídas, impossibilitando debates, proposições e deliberações dos diversos setores da sociedade civil e política. As audiências públicas realizadas pelo CNE para pouco serviram, pois não havia disposição em fazer alterações fora do que já havia sido acordado com o MEC.

**CNTE** - Ilegal e truculenta. O artigo 5º da Lei 13.005/2014 (PNE) diz que a execução do PNE e o cumprimento de suas metas e estratégias serão realizadas, também, pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) – este fórum foi excluído do processo de formatação do texto final no âmbito do Ministério da Educação e não teve a atenção legal, nem a escuta e nem solidariedade durante a tramitação da proposta no Conselho Nacional de Educação (CNE). As entidades do FNE foram levadas a fazer manifestações nas audiências públicas realizadas pelo CNE e, durante as sessões finais deliberativas, foram impedidas de acessar o plenário do CNE por seguranças contratados e dispostos a agredir fisicamente os representantes das entidades, que se colocavam a disposição para debater e tentar influenciar no texto que definiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Não somos objetos, exigimos ser sujeitos da história, por isso lutamos para participar e influenciar no processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC. Mas fomos impedidos pelo MEC e pelo CNE.

## **RE - Quais ações e políticas foram desencadeadas pela entidade que você preside face ao processo de proposição pelo MEC e aprovação, pelo CNE, da BNCC?**

**AbdC** - Desde o primeiro momento, nos mobilizamos, buscando estabelecer canais de comunicação, o que se inicia quando da divulgação do documento *Pátria educadora*. Fizemo-nos presentes em todas as oportunidades possíveis, buscando sempre problematizar os encaminhamentos que vinham sendo tomados. Isso foi feito num duplo movimento de articulação: interna, a partir da mobilização dos associados dos diferentes estados que representavam a entidade nos eventos, nos debates, nas audiências públicas, na atualização e ciência da repercussão das ações em curso nas diferentes redes de ensino; e externa, num diálogo com outras entidades e com os governos, sempre que tivemos oportunidade. A articulação com tantas entidades da área foi fundamental para aprofundar o debate, para dar visibilidade à própria dinâmica de produção da Base, e para adensar os embates, com uma argumentação gestada de forma participativa e democrática, o que cobrávamos nos nossos posicionamentos junto ao MEC e ao CNE, praticando a demanda que colocávamos em pauta: a da efetivação de um debate democrático. Nesta articulação, amadurecemos posicionamentos, formulamos políticas próprias e documentos coletivos que reverberam ainda hoje nas lutas que mantemos contra as políticas oficiais pós-BNCC. Produzimos nesse movimento notas em parcerias com outras entidades, avaliações, incrementamos uma rede de produção a partir, também, da proposição de dossiês temáticos, na parceria que a AbdC tem com algumas revistas do campo (*E-curriculum*, *Currículo sem fronteiras* e *Teias*), buscando inscrever no debate político a densidade necessária ao espaço acadêmico. A proposição dos dossiês que se voltassem para as questões relativas à BNCC nos permitiu avançar nos posicionamentos, enquanto entidade alicerçada por uma produção consistente, articulada com os associados, e que contou com a colaboração também de pesquisadores estrangeiros – que trouxeram contribuições importantes ao debate, inclusive dando visibilidade às críticas feitas em países que já contam com propostas centralizadoras, como a Base, e que as vêm criticando e revendo.

**Anped** - Temos um longo percurso de reflexões e embates sobre as definições curriculares, seja nos debates do GT de Currículo da Associação, seja em ações coletivas da entidade e em ações articuladas a outras associações científicas, a partir da aprovação, na Assembleia de 2105, contra a ideia de uma Base Nacional Comum Curricular. Nossa primeira ação articulada foi a campanha “Aqui já tem Currículo”, como estratégia de evidenciar a riqueza, a diversidade e pluralidade da vida nas escolas brasileiras e “para fazer circular por todo o Brasil vozes que pudessem expressar experiências curriculares já desenvolvidas” (de acordo com o Portal da ANPEd). Os vídeos ainda podem ser acessados nesse Portal. A ANPEd ainda seguiu produzindo notas e análises dos documentos da BNCC. Entre 2016 e 2019, fizemos 16 notas, várias delas em articulação com

outras associações científicas e especialmente com a ABdC, que sustentam nossos posicionamentos públicos em relação ao debate curricular e reafirmam as preocupações com uma escola plural, inclusiva, onde a experiência com o conhecimento científico possa significar formação humana plena.

**Anfope - A** Anfope não se opôs, a princípio, à elaboração de uma base nacional comum, prevista tanto na LDB quanto no PNE, mas repudiou veementemente a imposição de modelos estandarizados que desprezam a diversidade cultural das escolas e seus estudantes e excluem os profissionais da educação nessa construção. A Anfope se dispôs a discutir com o MEC e o CNE e estava aberta para uma proposta não impositiva, que contemplasse as demandas das escolas e o protagonismo dos professores. Porém, logo passamos a denunciar a padronização curricular e a minimização de conteúdos e conhecimentos, propostos pelas primeiras versões da Base, que ameaçavam o pluralismo de ideias e de concepções político-pedagógicas, desconsideravam as diversidades locais e regionais e o direito às diferenças, em especial às étnicas raciais e de gênero, desvalorizando as experiências em espaços não escolares e minimizando a importância da formação para a cidadania, assim como a formação e a valorização dos profissionais da educação, desrespeitando os sujeitos do processo educativo e a autonomia da escola. Assim, consideramos que o processo de elaboração foi marcado por uma concepção reducionista do currículo, ancorada em conceitos anacrônicos e esvaziados de sentido, como as competências. Promovemos discussões e elaboramos diversas notas, ainda em 2016, (Florianópolis, 07/06/2016; Vitória, 11/07/2016; Salvador, 05/08/2016), marcando posição contrária ao processo de discussão e elaboração, que não garantiu a participação efetiva dos profissionais da educação, assim como de suas entidades representativas, desprezando as diversidades locais e regionais, o direito às diferenças e o respeito aos sujeitos do processo educativo. A Anfope denunciou ainda que a ênfase no conteudismo, na disciplinarização e no controle, promove a mercantilização da educação, reduzindo a avaliação a processos externos de controle baseados em resultados para o ranqueamento de instituições, a adoção de sistemas de bonificação e a responsabilização de professores sobre o desempenho de estudantes. A Base ainda não estimula a gestão democrática, a pesquisa, o trabalho como princípio educativo, fragilizando a autonomia da comunidade escolar – professores, estudantes, trabalhadores e pais – na elaboração do projeto político pedagógico curricular da escola. A Anfope participou das audiências públicas, até a última, realizada em Brasília, em 11/09/2017, em que apresentou sua posição de repúdio ao processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC, reafirmando ser a Bncc inaceitável do ponto de vista curricular, pedagógico e educacional. A Anfope reputa a BNCC como mais um retrocesso imposto por um governo considerado ilegítimo pelo grupo de entidades científicas, sindicais, estudantis e por grande parte da sociedade brasileira, que se posicionam contrários à BNCC desde a sua primeira versão.

**Anpae** - No início das discussões da BNCC, ainda no Governo Dilma, participamos de reuniões realizadas pelos órgãos federais responsáveis pelo tema, apresentando nossos posicionamentos, que estão publicados em documentos e notas públicas no *site* da Anpae. A Anpae integrava o Fórum Nacional de Educação (FNE), mas deixou esse Fórum quando, durante o Governo Temer, houve uma intervenção na sua composição e nas definições quanto aos rumos da Conae 2018. Após esse momento, continuamos a participar no coletivo das entidades acadêmico-científicas e também no âmbito do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Realizamos e participamos de muitos eventos pelo Brasil, discutindo a BNCC, e também publicamos textos e um caderno específico, que se encontra no *site* da Anpae, discutindo o tema. Uma das publicações mais significativas da Anpae foi organizada pelos professores Marcia Angela da Silva Aguiar e Luiz Fernandes Dourado: *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*, publicado em 2018 e disponível *online*.

**CNTE** - A CNTE exigiu do Ministro da Educação em 2016 que o Fórum Nacional de Educação fosse tratado como política de Estado, conforme determinação da Lei do PNE nos seus artigos 5º e 6º, e afirmamos que o FNE é o lócus de debates sobre as políticas educacionais. Mas, o Governo golpista desrespeitou a Lei 13.005/2014 e encaminhou a proposta da BNCC para o CNE. Nas audiências públicas realizadas pelo CNE, no primeiro momento, promovemos ações de boicote, para protestar contra a postura do MEC e as restrições à participação das entidades da sociedade civil. No segundo momento, inviabilizamos a realização de várias audiências públicas e exigimos a maior participação dos segmentos da comunidade escolar, que foram excluídos de todo o processo de formulação do texto da BNCC. No terceiro momento das nossas ações políticas, apresentamos um conjunto de propostas para retomar os debates sobre a BNCC, mas todas foram rejeitadas pelo pleno do CNE. Após todas estas ações, não conseguimos mudar a posição dos/as Conselheiros/as, mantivemos apenas os três votos das conselheiras Márcia Angela da Silva Aguiar, Aurina Oliveira Santana e Malvina Tania Tuttman, que estiveram conosco desde as primeiras ações. Não desistimos, nossas ações políticas contra a imposição dos conteúdos da BNCC continuam nas redes de ensino municipais, estaduais e distrital. “Só se é derrotado quando não se luta”.

## **RE - Qual a relação e impacto das duas BNCC para a formação de professores?**

**AbdC** - A BNCC não apenas interfere sobre a significação do currículo para a educação básica, mas se espraia para movimentos de significação da docência. Ao estabelecer como foco a definição exata dos conhecimentos a aprender, com ênfase nos aspectos instrucionais, numa articulação que põe essa definição como uma garantia de caminho para alcançar a qualidade, ambas as BNCC colocam como problema maior a enfrentar o controle sobre a sua “implementação”, ou seja, como pôr em prática aquilo que se propõe.

Deste modo, além de dialogar equivocadamente com os alertas de estudiosos de países nos quais bases nacionais fracassaram, entendendo que o problema nesses países foi de falta de controle da implementação, a ação do MEC foi transportar aquilo que caberia aos professores fazer – trazer para a realidade dos cotidianos escolares uma proposta formulada sem considerá-los, adequando-a às necessidades e possibilidades locais – às instâncias de controle, ao mesmo tempo em que tornou os professores e escolas responsáveis pelo sucesso da prática projetada, já que a proposta “bem implementada” por aqueles que controlariam o fazer escolar não daria margem a erros. Assim, a BNCC colabora para o fortalecimento de um discurso de responsabilização docente, ao mesmo tempo em que implica que a docência seja circunscrita prioritariamente à transmissão de conhecimentos definidos e fixados sem a participação docente, reforçando uma lógica binária de produção/implementação das políticas, contrariamente ao que pesquisas no campo das políticas curriculares e do currículo evidenciam ser um grave equívoco de compreensão da função docente. A compreensão da docência como tarefa meramente executora, responsável pela implementação acrítica da BNCC, produz interferências sobre a formação docente. Além disso, em seu texto, a BNCC explicitamente faz referências à formação de professores alinhada às suas proposições e isso já está em curso, com as mudanças efetuadas na Resolução n. 2 do CNE, de julho de 2015, que deve ser implementada em todo o Brasil a partir de julho de 2019. Por outro lado, cabe discutir também os movimentos que já se iniciaram na direção da elaboração e promulgação da BNCC da formação de professores. A versão preliminar da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica foi entregue ao Conselho Nacional de Educação em 14 de dezembro de 2018.

**Anped** - Vou responder esta questão considerando a Resolução 2/2015 como um marco para a organização da formação inicial e continuada dos professores. A ANPEd apresentou recentemente no CNE uma análise da importância da implementação e avaliação das Diretrizes Nacionais de Formação de Professores conforme disposto na Resolução 02/2015. Esta resolução tem orientado um amplo processo de discussão no âmbito das licenciaturas a partir de uma preocupação com o fortalecimento da formação de professores, articulando as instituições formadoras e as redes de ensino. A nossa avaliação é que qualquer mudança curricular certamente é pauta da formação de professores, mas isso não significa que seja necessário enquadrar as orientações de formação à BNCC. Uma leitura atenta dos trabalhos sobre formação de professores ou sobre currículo na educação básica ou sobre educação matemática, educação infantil – citando o exemplo de grupos de trabalho organizados na ANPEd - revelará que as pesquisas têm se desdobrado em problematizar, analisar, compreender os desafios da prática escolar contemporânea. Assim, uma formação de professores que se sustente no conhecimento científico de ponta incorpora os desafios recentes dos sistemas de ensino. Não faz sentido que um documento instrumental e reducionista, como o documento da BNCC, molde a formação de

professores. A formação precisa conter elementos para que os futuros professores compreendam os fundamentos que sustentam as propostas curriculares, dando condições para que a perspectiva de pluralidade de concepções pedagógicas possa empoderar professores para o futuro. Uma articulação pragmática entre formação e BNCC seria um reducionismo tecnicista da formação. Nossa posição é que as DCN, expressas na Resolução 2/2015, já contemplam o desafio da formação formar (estou repetindo a expressão de propósito) professores que possam compreender, problematizar e também executar a BNCC, se assim for a decisão coletiva expressa nas propostas curriculares das escolas, como previsto na LDB 9394/1996. O debate sobre a formação continuada, daqueles professores que estão em exercício nas redes, precisa ser ampliado. Neste caso, caberá aos sistemas de ensino articularem de maneira mais efetiva a formação com as condições de trabalho dos professores. Cursos de atualização pontuais e instrumentais são pouco efetivos. Temos experiências interessantes de incorporação de professores em grupos de pesquisa, caso do Programa Observatório da Educação, financiado ao longo dos anos 2000 pela Capes. Mas, qualquer formação continuada precisa considerar que só é possível avançar na qualidade do trabalho pedagógico respeitando o tempo para o professor da educação básica estudar, organizar e planejar seu trabalho. Para isso, é urgente que os sistemas efetivamente assegurem condições para a realização da hora atividade e organizam os espaços para que a escola seja também o lócus da formação continuada dos professores.

**Anfope** - Consideramos que as BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, assim como do Ensino Médio provocam o esvaziamento e alienação do fazer docente, reforçando históricos processos de desvalorização dos profissionais da educação, fragilizando, sobretudo, a formação, carreira e salários; assim como deslegitimando a escola como espaço de produção do saber, do ensino, da aprendizagem e da profissionalização docente. A BNCC é uma proposta descaracterizadora da formação, tanto das crianças e jovens quanto dos professores. A Anfope repudia, veementemente, a vinculação da formação de professores à BNCC, pois ela impõe uma padronização que desconsidera os processos de ensino e aprendizagem de conteúdos elaborados de forma contextualizada, no interior das escolas, que contemplam a diversidade e pluralidade sociocultural do País. Tal padronização visa facilitar a adoção de processos de avaliação de larga escala que facilitam o ranqueamento por desempenho de instituições educacionais, professores e estudantes, favorecendo a privatização e a mercantilização da educação. Para a Anfope, a BNCC está sendo usada para padronizar e alinhar a formação inicial e continuada dos professores (em formação e em exercício), como evidenciaram os editais lançados em março de 2018 referentes aos programas Pibid, Residência Pedagógica e EaD, e, a seguir, o do Parfor. A imposição de uma adequação dos cursos de formação de professores à BNCC fere a autonomia das universidades, e a padronização proposta impacta os cursos de licenciatura das IES, numa clara mudança de concepção educativa

na formação, em franca oposição à Resolução 02/2015. A BNCC configura-se, assim, como uma tentativa de desconstrução de projetos comprometidos com a docência como atividade intelectual e criadora, de desprofissionalização do magistério, com impacto nos projetos políticos pedagógicos das diversas escolas. A BNCC traz em seu bojo a ameaça de desqualificação não só da formação docente, mas dos direitos à educação e à aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

**Anpae** - Ainda é cedo para avaliar, mas as informações e relatos dos professores que nos chegam de todo o País é que os sistemas de ensino e as escolas não estão sabendo bem o que fazer com a BNCC aprovada. Parece não haver coordenação nacional e nem entendimento do que fazer. Além disso, parece não haver recursos financeiros e humanos e nem planejamento e coordenação adequados para tal fim em âmbito nacional e mesmo nos sistemas de ensino, lembrando que o Brasil possui 26 estados federados, 5 570 municípios e do Distrito Federal. Vivemos, no contexto atual, cortes de recursos para a educação e a imposição de uma agenda neoliberal e conservadora no campo da educação. Há uma enorme burocratização da gestão do currículo nas escolas, assim como uma grande exigência colocada nos ombros dos professores, que são obrigados a praticar uma espécie de currículo tecnicista com listas enormes de objetivos, conteúdos e estratégias, quando a realidade das salas de aula exige outras práticas, dado a diversidade das crianças em termos da aprendizagem e a realidade objetiva das escolas.

**CNTE** - Pode ser de grande impacto na perspectiva de aumentar o controle sobre o trabalho da professora e do professor na sala de aula. A atuação dos empresários através do “movimento pela Base” tem grande interesse na sua implementação para com isso aprofundar os processos de mercantilização e privatização da educação escolar básica. A Fundação Lemann junto com a Fundação Norte Americana *Omidyar Network* está investindo 3 milhões de dólares para implementar essas Bases nas escolas públicas, de olho no empreendedorismo. Criaram guia das competências da BNCC e, através da revista Nova Escola, oferecem curso gratuito sobre competências gerais na BNCC, elaborando guia de recursos digitais alinhados à BNCC; essa fundação utiliza a instrumento da revista Nova Escola e em parceria com a Google.org lançou os primeiros planos de aula alinhados à BNCC. Também com a Google.org montou uma plataforma com os conteúdos ligado à BNCC que visa apoiar mais de 1 milhão de professores, chegando a áreas com baixa conectividade. Tudo isso está relacionado com a formação dos/as professores/as e terá um grande impacto negativo no processo pedagógico nas escolas públicas. Devemos resistir através do Artigo 15, da Lei n. 9.394/96, colocando em prática a autonomia da escola para elaborar o seu próprio currículo.

## RE - Como avaliam a implementação da BNCC nos sistemas de ensino e nas escolas?

**AbdC:** O sentido que marca a implementação da BNCC é o da adaptação como enquadramento, encaixe, estratégias que marquem a origem de sentido na BNCC e garantam que esse seja mantido como referente, como verdade. Tal perspectiva se assevera na ações subsequentes à aprovação da BNCC: nas orientações para a implementação pelas redes e na instituição pelo MEC, através da Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação e suas adequações, instituídas pela Portaria no. 756, de 3 de abril de 2019, que faz alterações à primeira portaria e à Portaria nº 757, de 3 de abril de 2019, que altera a Portaria nº 268, de 22 de março de 2018, que cria o Comitê Nacional de Implementação da BNCC.

Seguindo o modelo de produção centralizada, as redes não são convocadas a discutir e dialogar com a BNCC – fica explicitada a ideia de adaptação feita de modo apressado e enfatizando que não se fará pelos docentes. Prevê-se a contratação de especialistas e a formação de equipes de currículo, tendo como meta não só a adaptação curricular, mas também a formação de professores condicionada à BNCC, ou seja, estamos diante de um processo, mais um, em que a compreensão dos espaços de prática como meros repetidores – como se isso fosse possível – daquilo que é definido e monitorado fora deles. Esse equívoco nos favorece – aos críticos da BNCC – exatamente porque ele é o que impede que haja sucesso no processo. O ProBNCC teve sua continuidade garantida em 2019, ampliando seu escopo de atuação para a formulação de currículos para o ensino médio e na progressão das atividades do programa iniciadas em 2018. Este ano, no que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental, inicia-se o Ciclo 2, que tem como um dos dois objetivos elencados “formar os profissionais da educação das redes estaduais e municipais com relação aos novos currículos, alinhados à BNCC. Meta: mínimo de 30h de formação para 85% dos professores” (Lançamento PROBNCC).

**Anped:** Como pesquisadora de políticas educacionais, há clareza de que os desafios de sua implementação são tão grandes ou, por vezes, maiores do que o desafio da formulação. As polêmicas em torno da aprovação da BNCC, a falta de enfrentamento das condições de oferta de qualidade na/da escola brasileira, fazem com que a implementação da BNCC seja também um processo de disputa. As escolas brasileiras urgem por valorização dos professores e por condições de infraestrutura. O sistema educacional é marcado por desigualdades. Temos escolas públicas de excelente qualidade, onde o protagonismo de professores e estudantes na construção da formação humana tem garantido o direito à educação, mas existem, ainda, muitos desafios. Uma estratégia simplista de implantação de um currículo nacional que desconsidera a diversidade e a desigualdade na educação brasileira não parece coadunar com as necessidades deste tempo histórico.

**Anfope** - A posição consolidada da Anfope é de total rejeição à implementação de uma BNCC dissociada das demandas formativas e realidades locais, que não foi alvo de discussão nas escolas, em cada município e estado brasileiro, mas que já possuía, antes mesmo de aprovada, um Guia de Implementação, o que desvelava seu caráter impositivo e a falácia de audiências que apenas simularam um diálogo com a Nação.

Entretanto, cabe registrar a possibilidade de resistência propositiva nos estados e municípios, nas redes e escolas, como a que está em curso no Rio de Janeiro, onde o CEE instituiu uma comissão de especialistas para avaliar criticamente o documento curricular apresentado pela Secretaria Estadual de Educação (a BNCC). O que sustenta a avaliação dos especialistas, indicados pelas entidades que compõem o Fórum Estadual de Educação (FEERJ), é uma carta de princípios, reiterando "que qualquer documento que apresente orientação curricular, de caráter normativo, a ser seguida pelos estabelecimentos de ensino no Estado do Rio de Janeiro, deve contemplar: concepções curriculares que reconheçam e valorizem as localidades, seus saberes e especificidades, a diversidade de ordem étnica, de gênero, cultural, social, política e econômica, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o reconhecimento das culturas, das ciências e das artes como fundamentos para as escolas, como espaços de pluralidade e democratização de conhecimentos; a perspectiva inclusiva, emancipatória e crítica".

A complexidade de uma política curricular nacional é incompatível com a adoção de matrizes curriculares homogeneizadas, que ameaçam o princípio federativo republicano da autonomia dos sistemas estaduais e municipais de ensino e a construção dos projetos político-pedagógicos das instituições escolares, como explicitado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Res. CNE/CB n.4, de 13/7/2010). Como explicitamos na referida Reunião Bicameral ocorrida no CNE, a BNCC é uma proposta que esvazia a função social da escola e seu sentido público, numa concepção meramente pragmática e utilitarista, descomprometida com a formação crítica, cidadã e emancipadora. Portanto, consideramos importante que o movimento de educadores, as escolas e seus profissionais, as comunidades escolares e acadêmicas, as instituições formadoras de professores, as entidades representativas de professores e estudantes efetuem a resistência à BNCC e construam propostas formativas contra-hegemônicas. As entidades nacionais têm apontado para essa direção.

**Anpae** - Em texto que publicamos na Revista Educação e Sociedade, intitulado "A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública" (2000, vol.21, n.70, pp.63-79), que discutia a proposta curricular no Governo FHC (1995-2002), dizíamos que o insucesso de muitas proposições curriculares "se deveu, basicamente, à ausência de financiamento do processo de manutenção e investimento e à falta de uma política (...) de formação de professores e de recursos humanos em geral. Deveu-se também à ausência de uma política de adequação do espaço e da infra-estrutura pedagógica, além da inexistência de uma política editorial que superasse o passado". A

elaboração e implementação dessa BNCC está repetindo o passado e tende a repetir os fracassos anteriores. Uma mudança curricular precisa se caracterizar como política de Estado, o que requer engajamento dos agentes educativos dos sistemas de ensino, das escolas e das instituições formadoras, dentre outras. A descontinuidade administrativa e pedagógica e o zig zag na educação têm sido marcas em várias políticas educacionais no Brasil, gerando enorme descrédito no âmbito escolar, uma vez que os professores não acreditam nelas, e, portanto, não se engajam efetivamente. Acho que isso está ocorrendo com a BNCC.

**CNTE** - Será difícil a implementação, devido à imposição do currículo de cima para baixo; os profissionais da educação que estão no chão da escola não participaram efetivamente da elaboração da proposta, logo, terão muita dificuldade de assimilar e implementar as medidas que são de interesse do setor privado. Na maioria das escolas, o ritmo não será alterado. Eles vão investir em algumas experiências pontuais que atendam o tamanho do público que eles precisam para servir de mão de obra a serviço da concentração de renda. Além disso, vamos orientar e chamar a resistência nos locais de trabalho, vamos contribuir e fortalecer o espaço escolar, para se organizar por segmentos, estimulando a participação social no debate e a formulação de políticas que respeitem a autonomia escolar. Queremos uma educação de massa que nos envolva em todas as etapas de definição das políticas educacionais. Chega! Não aceitamos mais ser tutelados. Somos sujeitos políticos e queremos influenciar em todas as dimensões da educação básica, profissional e superior. Ninguém solta a mão de ninguém, para que juntos possamos alcançar a escola que sonhamos.

### **RE - Quais as sinalizações que a conjuntura atual nacional expressa para as políticas e gestão da educação, especialmente a pública?**

**AbdC** - Se tomarmos o ProBNCC como indicativo, o alinhamento à BNCC, se coloca como fundamento para as ações e políticas públicas em elaboração e ou desenvolvimento no País, também expressa a vinculação e atrelamento de propostas no âmbito da formação de professores à BNCC. Do ponto de vista mais amplo, a atual conjuntura tem se mostrado quase trágica para a educação, profundamente agredida não só pela incompreensão de seus processos, mas, também, pelo deliberado ataque aos seus objetivos formadores. As propostas que emergem do novo governo são a de ampliação do controle sobre a docência, a de redução da formação humana em prol de perspectivas tecnicistas e pouco críticas de formação. Os ataques da mídia e de parte dos gestores do atual governo aos docentes e suas funções, difundindo a ideia de que são/somos doutrinadores e outras adjetivações, que negam não só a função, mas seu significado político-educativo, as insistentes propostas de *homeschooling* e de apresentação do Projeto Escola sem Partido demonstram pouco respeito à função docente, à escola e aos

processos educativos. Em relação à escola pública, os discursos que a desqualificam são ainda mais intensos e credíveis, já que a idealização das escolas ricas, apenas frequentadas pelas classes sociais no poder, é o parâmetro no qual se sustentam. E pouco tem adiantado reagir, demonstrando, por meio de pesquisas, estudos e documentos que não é assim que acontece, que há boas escolas públicas e escolas privadas de péssima qualidade, que os problemas enfrentados pela escola pública têm mais a ver com o desinvestimento público, com o desinteresse do Estado – em todos os níveis – pela responsabilidade de construir sua qualidade, do que com problemas de docência ou de aprendizagem. Com isso, nos vemos diante de perspectivas extremamente negativas, sem que haja, de modo perceptível, reação de significativa parcela da sociedade civil em defesa da escola pública, dos professores ou da possibilidade de, com os investimentos necessários e respeito ao que são e podem ser, se chegar a uma educação pública e gratuita de qualidade social para todos. Para concluir, achamos importante frisar que, embora o cenário atual nos seja amplamente desfavorável, muito se tem feito e muito se segue produzindo nas escolas públicas de todo o País, em prol dessa tão almejada qualidade, que, se por um lado mais quantitativo e estatístico está longe de ser a que queremos, do ponto de vista dos tantos locais em que acontece, apesar dos pesares, muito se tem feito; há histórias de aprendizagens e de sucessos nos mais imprevisíveis recônditos do País e, com esses exemplos, aprendemos a não esmorecer, a permanecer na luta, a seguir fazendo o melhor possível, enquanto esperamos um período mais alvissareiro para a educação pública. Esperamos esperando, tal como Freire, não de braços cruzados, mas agindo e construindo o que nos tem sido possível construir, espalhando experiências, relatos, histórias, tornando mais e mais credível nossa possibilidade de, na luta, enfrentar as políticas que buscam nos enfraquecer.

**Anped-** Estamos num momento muito difícil da educação brasileira. A ausência de compromisso das autoridades nacionais com o Plano Nacional de Educação, os cortes no orçamento da educação, concretizando as piores projeções dos efeitos da Emenda 95/2016 e os ataques à legitimidade da produção científica compõem um quadro de negação de direitos nunca vistos no País. Porém, ainda que tenhamos que analisar cuidadosamente esta conjuntura e os efeitos a longo prazo desta articulação entre austeridade na política econômica e conservadorismo na política social, cultural e educacional, é preciso também considerar a resistência. Desde a aprovação na Constituição Federal de 1988 de um capítulo robusto sobre o direito à educação no Brasil, avançamos muito. A extensão da ideia de obrigatoriedade colocada na Emenda Constitucional 59 para a faixa etária de 4 a 17 anos tem efeitos também sobre a ampliação da demanda, tanto para as crianças pequenas, até os 4 anos, quando na perspectiva dos jovens em relação à continuidade dos estudos no ensino superior público principalmente. A ideia da escola como lugar de inclusão e a ampliação objetiva do atendimento no sistema escolar são a esperança de uma sociedade mais solidária. As manifestações do último dia 15 de maio a favor da educação contra os

cortes nas universidades compõem, à revelia de toda a perversidade desta conjuntura, uma ação de resistência. Nosso desafio é reafirmar a escola como espaço de direitos e de acolhimento. Espaço de liberdade de pensamento e de solidariedade. O sistema educacional brasileiro é complexo, todas as pesquisas do campo da educação indicam que os desafios são imensos, mas também indicam que a escola é um espaço vivo e que resiste.

**Anfope** - A atual conjuntura política não é favorável à adoção de políticas e gestão da educação numa perspectiva mais democrática, inclusiva e participativa, comprometida em assegurar o direito à educação. No que se refere ao financiamento, a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu um teto de gastos, já apresenta impactos negativos no (des)investimento da educação, impondo cortes nas instituições federais e um efeito cascata que atinge as redes estaduais e municipais de ensino. Uma nova ameaça de desfinanciamento é a possibilidade de extinção do Fundeb. A par do contingenciamento de recursos para a educação, temos ameaças à atuação dos professores, com a indução a processos de controle ideológico e criminalização, como os propostos pelo Escola sem Partido, inserido no bojo de um anacrônico movimento conservador de inspiração fundamentalista e extremamente autoritário. Essa onda conservadora que assola a política, a educação e a cultura brasileira, e que marca a BNCC – pelo expurgo de conteúdos importantes ligados a questões da diversidade – ameaça amordaçar os professores. As entidades nacionais já se posicionaram, em diversos momentos, em defesa da educação democrática e laica, contra o doutrinamento religioso, contra a educação domiciliar, contra a militarização da educação e contra projetos de censura à educação nacional.

Nesse sentido, o momento atual exige que nos posicionemos em defesa da escola pública, gratuita, laica, espaço da pluralidade e da diversidade, em uma perspectiva democrática, emancipadora e inclusiva. A escola tem currículo, ela carece é de financiamento para que as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação possam ser cumpridas e, assim, assegurada a elevação da qualidade e o direito à educação.

Nesse cenário de intenso retrocesso, a Anfope se posiciona de forma contrária aos ataques à Constituição Federal, ao PNE, à escola é à universidade pública, e reafirma seus princípios em defesa da formação de professores e do fortalecimento da educação pública.

**Anpae** - As sinalizações são as piores possíveis. Desconstrução dos avanços que tivemos nos últimos anos; cortes orçamentários que inviabilizam os avanços no direito e na melhoria da qualidade da educação; proposições de ações e políticas que só agravarão os problemas da educação, tais como: escola sem partido, educação no lar; militarização das escolas; priorização do método fônico para alfabetização etc. Os professores sofrem cada vez mais violências, estão sendo ameaçados em sua liberdade de cátedra, responsabilizados pelo desempenho dos estudantes e tendo seus salários cada vez mais subordinados à avaliação de desempenho, com desrespeito à lei do Piso. Está em curso também uma onda de terceirização e privatização da gestão das escolas públicas. O discurso é o da meritocracia, da entrega de resultados, dos incentivos às chamadas melhores práticas, de

disciplina e ordem etc. Ou seja, muitos dos princípios da gestão pública democrática presentes na Constituição Federal e na LDB estão sendo abandonados na conjuntura atual; temos que mostrar isso pra sociedade, buscando reverter as políticas e ações em curso.

**CNTE** - Sinalizações tenebrosas, maus tempos para a educação pública brasileira, com cortes de verbas (EC n. 95/2016), a tentativa de impor o pensamento único dentro das escolas (Leis da Mordaza), o uso de termos do mercado (gestor/a, gerenciamento, empreendedorismo, bônus quando alcançar as metas produtivas do Ideb), competição entre as escolas (placas na frente da escola com a nota do Ideb), implementação do processo de militarização das escolas públicas, a entrega das escolas pública a organizações sociais de cunho privado, aplicação dos processos de mercantilização e privatização das escolas públicas, também, através das parcerias com as fundações ligadas ao setor privado. São muito os ataques, mas são muitas as resistências, os sonhos, o desejo e a importância de defendermos uma escola pública gratuita, laica, democrática, solidária, emancipadora, inclusiva, que respeite as diversidades, que promova a integração permanente com todos os segmentos da comunidade escolar e local. Esta é a escola pública pela qual lutamos, sonhamos, resistimos. Sigamos juntos, firmes na luta!